

Marxismos, feminismos, *queer* e sexualidades – Parte II

Apresentação: debates e controvérsias atuais

MAIRA ABREU* E BÁRBARA CASTRO**

Dando continuidade ao dossiê publicado em *Crítica Marxista* n.48, apresentamos a seguir os artigos que integram esta segunda parte, remetendo o/a leitor/a ao texto de apresentação original, para a contextualização do debate sobre o tema em questão.

Cinzia Arruzza parte do debate entre Nancy Fraser e Judith Butler sobre o caráter “meramente cultural” da performatividade de gênero e da opressão sexual para pensar sobre as contribuições de Butler para uma perspectiva menos reducionista e unidirecional da teoria marxista sobre o papel da heteronormatividade no modo de produção capitalista. Inspirada na crítica que Hennessy dirige à teoria *queer* (para quem, ao buscar superar o modelo base-superestrutura tal teoria teria passado a defender que tudo determina tudo), Arruzza inicia a crítica que articula aos trabalhos iniciais de Butler sobre gênero, especialmente *Gender Trouble* e *Bodies that Matter*. Para a autora, “Butler chega a defender uma forma de regressão infinita em sua descrição da característica citacional da performatividade de gênero”, o que “pode oferecer uma fenomenologia e uma genealogia crítica, mas é constitutivamente incapaz de oferecer o tipo de explicação causal que poderia servir para desenvolver uma fenomenologia mais robusta para tais identidades”. O problema, para Cinzia Arruzza, é que tal arcabouço teórico negligencia o papel das relações sociais de classe e pode levar ao apagamento da categoria de exploração da análise. A preocupação da autora é que a ausência dessas duas categorias não

* Pós-Doutoranda em Sociologia pela USP. E-mail: mairabreu@yahoo.com

** Professora do Departamento de Sociologia da Unicamp. E-mail: bacastro@gmail.com

permite elaborar uma perspectiva de análise suficientemente sofisticada sobre o papel da heteronormatividade no modo de produção capitalista. Arruzza defende que seria produtivo compreender a performatividade de gênero como uma “característica distintiva do processo de construção de identidades de gênero e sexuais nos países capitalistas avançados”. Ou seja, o processo de produção de identidades sexuais é parte da totalidade capitalista em movimento: esta, assim como as identidades sexuais, não é estável, está sempre em movimento e deve performar a si mesma por repetições constantes para continuar existindo.

Alan Sears escreve em um momento em que a agenda de direitos civis e a visibilidade cultural da população homossexual conquistava significativas vitórias em diferentes países do mundo levando, em sua avaliação, tanto a uma reposição de desigualdades entre homossexuais (sobretudo, de raça, classe, e cisgeneridade) marcada pela capacidade de consumo, quanto pela desmobilização dos movimentos, que buscavam reconstruir suas agendas diante das conquistas obtidas. Neste mesmo contexto, uma agenda política anticapitalista retomava fôlego e, portanto, seria imprescindível pensar quais “tipos de política de libertação sexual” seriam adequados a estes novos tempos. Alan Sears não se propõe a realizar uma crítica à teoria *queer*, mas quer propor uma agenda teórica e política que contemple as “muitas dimensões da existência lésbica, gay, bissexual e transgênera” que levem em conta “as relações de classe e as divisões de trabalho, a dinâmica de regulamentação estatal, o impacto específico da reestruturação capitalista e a lógica cultural dos processos de mercadorização”. O autor defende o que nomeia de “anticapitalismo queer” a partir da experiência canadense, na qual os sindicatos e os movimentos LGBT produziram produtivos encontros políticos. Sears propõe que recuperemos a classe trabalhadora como agente de transformação política e que cabe a ela levar adiante as demandas LGBT.

Kevin Floyd busca articular as perspectivas *queer* e marxista situando suas tensões teóricas e metodológicas no contexto da história do capitalismo dos EUA. Ele relaciona o desenvolvimento material e ideológico das formas taylorista e fordista, isto é, o desenvolvimento de tecnologias de produção e o estímulo a um consumo de massa, com a reificação do erótico. A indução ao consumo teria levado a uma autonomização sem precedentes do desejo sexual. A base material de produção capitalista dissocia sexualidade e gênero e abre caminho para a reificação do erótico pela classe, sobredeterminando políticas anti-heterossexistas. Tal movimento abriu caminho para interpretações que o autor classifica como funcionalistas. Estas defendem, por exemplo, que a relação entre capitalismo e desejo se esgota na compreensão de que o capitalismo destrói formas de comunidade da classe trabalhadora, tornando irreconciliáveis as políticas anticlassistas e anti-heterossexistas. A contribuição de Kevin Floyd está em sua defesa da reificação como uma inflexão produtiva, que deve ser pensada de maneira mais dialética e menos funcionalista, ou seja, a relação entre capitalismo e desejo também deve nos permitir compreender que a mercadorização não neutraliza a aspiração

comunitária. Há uma dialética histórica mutuamente produtiva e constitutiva da mercadorização do desejo e de sua politização. A cultura do consumo pode ser lida, portanto, como um ponto necessário e contínuo da história moderna e da luta anti-heterossexista. Os sistemas de dominação não são articulados, mas sim conflitantes. Se desistoricizados e se tomados como interdependentes de saída, esses sistemas parecem estar em equivalência, perspectiva que deixa de lado sua produtiva contradição.